

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

SILVA (Maria Beatriz Nizza da). — (Organizadora). — *Teoria da História*.
Editora Cultrix. São Paulo. 1976. 164 pp.

Sob o título acima, Maria Beatriz Nizza da Silva, docente da Universidade de São Paulo, organizou, selecionou e traduziu uma série de textos em que estudiosos de renome questionam alguns dos muitos problemas que o trato da História suscita.

A prática que a experiência didática enseja permitiu-lhe atender com este trabalho, a dois objetivos básicos: o de, vindo ao encontro das necessidades do estudante universitário brasileiro, facilitar-lhe o acesso a textos de difícil obtenção e o de apontar-lhe, mediante hábil e cuidadosa seleção, um relacionamento de assuntos e de abordagens históricas que ele talvez não conseguisse de pronto destacar.

O plano estabelecido agrupou os textos em três partes assim intituladas:

- I. — A História no sistema das Ciências.
- II. — A constituição do objeto.
- III. — Questões teóricas.

A primeira parte, dedicada à discussão do estatuto científico da História, compreende textos de Ernest Nagel e Jean Piaget respectivamente:

1. — Ciências nomotéticas e ciências ideográficas.
2. — As ciências "nomotéticas" e as ciências históricas do homem.

Tanto Nagel, que se detém mais demoradamente na unidade do método científico, quanto Piaget, discutem ainda o lugar cabível à História na tipologia das ciências, respondendo a questões como aquelas que a própria organizadora da coletânea levanta: — "compara-se acaso a produção do historiador com a do cientista em geral, no que se refere a um método científico, a um tipo de argumentação e de explicação, ou procede-se a uma comparação sucessiva com as várias ciências hoje existentes, umas, plenamente reconhecidas, outras lutando ainda pelo seu reconhecimento?"

A segunda parte focaliza a questão do objeto na História e compõe-se dos seguintes textos:

(*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

1. — História, método sem objeto específico — Claude Lévi-Strauss.
2. — Tudo é histórico, portanto a História não existe — Paul Veyne.
3. — História e descontinuidade — Michel Foucault.
4. — História “eventual” e História serial — François Furet.
5. — Os novos domínios da História serial — Pierre Chaunu.
6. — A História quantitativa e a construção do fato histórico — François Furet.

A terceira e última parte aborda o problema das teorias e conceitos nas ciências humanas, sob os títulos que se seguem:

1. — Teorias e paradigmas — Raymond Boudon.
2. — Os conceitos em História — Paul Veyne.
3. — O aparelho conceptual na História econômica — Jean Bouvier.
4. — A nova História econômica ou História contrafactual — E. F. Hunt.
5. — Os condicionais contrafatuais — Ernest Nagel.

Os textos são antecidos de uma Introdução em que a autora esclarece o seu propósito: — “colocar perante o futuro historiador ou mesmo perante o pesquisador que nunca se preocupou com os problemas teóricos da sua prática, alguns textos suscetíveis de despertar-lhe o interesse para determinadas obras”, advertindo porém ser a antologia, “um ponto de partida, um núcleo central a partir do qual se estabelece um programa de leituras e não um substituto das próprias obras”.

Lembrando que numa coletânea intitulada *Teoria da História*, ao lado de historiadores propriamente ditos (Veyne, Foucault, Chaunu, por exemplo), alinham-se epistemólogos (Nagel e Piaget), sociólogos (Boudon) e antropólogos (Lévi-Strauss), justifica a inclusão: — “muitos dos problemas teóricos relevantes para a História têm sido apontados por especialistas de outras áreas ou são idênticos aos que surgem em ciências limítrofes”.

As observações pertinentes a cada texto, apoiadas em numerosas citações denotam os conhecimentos da organizadora sobre o assunto, permitindo-lhe outrossim considerações próprias a respeito dos autores que selecionou.

No artigo de Boudon, por exemplo, chama a atenção para a modéstia do conhecido sociólogo, que não teria pretendido fornecer respostas definitivas às indagações suscitadas mas apenas delinear um campo de estudos. Analisando a mesma questão que Merton levantara vinte anos antes ou seja — o que são teorias em ciências sociais — ultrapassa contudo o colega norte-americano, estabelecendo a distinção entre teorias propriamente ditas e paradigmas.

Para a autora não há texto comparável ao de Paul Veyne (Conceitos em História), “no que se refere ao abalo da tranquilidade dogmática do historiador. Veyne analisa a escritura histórica e o modo como os conceitos são nela manipulados de tal maneira que não é mais possível julgar-se pisar terreno seguro na narrativa histórica”.

Assim pois, a cada autor antepõe-se um comentário, adequado e esclarecedor nesta coletânea completada e enriquecida por uma bibliografia seletiva.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ.

*

* * *

DOLLINGER (Philippe) *et alii*. — *Bibliographie d'Histoire des villes de France*. Préparée par Philippe DOLLINGER, Philippe WOLFF, avec la collaboration de Simonne GUENÉE. Edição da “Commission Internationale pour l'Histoire des Villes”. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1967. XII — 756 páginas “in-8º” (15 x 24 cm), com mapa fora do texto.

A bibliografia se constitui numa atividade ingrata — *ingenti labore, exiguum opus*, dizia Nevizzano, um dos primeiros que a ela se dedicou especificamente, no século XVI — mas tem uma compensação: a sua utilidade duradoura, não obstante as aparências em contrário. Essa constatação representa nossa maior escusa em apresentar tão tardiamente a presente obra, lamentavelmente extraviada num fundo de gaveta durante muitos anos. Por outro lado, é o tipo do livro que desafia longas apresentações, pouco mais havendo de se dizer do que “recomendado aos interessados em história urbana francesa”! Assim, vamos nos limitar a algumas observações sobre a disposição das indicações e o critério de seleção de títulos.

Em se tratando de uma bibliografia seletiva os autores, embora partindo de um critério básico (retenção de cidades de uma certa dimensão, eliminação de trabalhos ultrapassados e inclusão apenas dos de uma certa extensão), abriram exceções (manutenção de pequenos agrupamentos urbanos dotados de rico passado, compensada pelo desprezo àqueles cujo desenvolvimento foi muito recente, e a introdução de obras antigas que marcaram época ou contêm documentos significativos reproduzidos, bem como artigos curtos de mérito especial), obedecendo aos ditames do bom senso. As cidades foram distribuídas em províncias (e estas, em alguns casos, reunidas em grupo, não se sabe bem porque), cabendo a cada uma destas uma letra, e dentro dela reinando uma numeração própria. O conjunto está precedido de uma secção de “generalidades” e antecedendo as indicações sobre as cidades por ordem alfabética, no início de cada letra, encontramos os itens relativos ao conjunto da vida urbana das

províncias ou grupos de províncias. Um mapa situado no fim do volume e o índice alfabético das cidades permitem uma localização rápida dos tópicos de interesse do consulente, havendo ainda um outro índice alfabético, o dos autores citados.

VICTOR DEODATO DA SILVA.

*

* *

PRITCHARD (E. E. Evans). — *Las teorías de la religion primitiva*. Coleção Siglo Veintiuno, tradução de Mercedes Abad e Carlos Piera, do original *Theorias of primitive religion*. Madrid, España Editores, 1973, 200 páginas (10,5 x 18 cm).

Lançado na língua espanhola pela Coleção Siglo XXI, engloba uma série de quatro conferências pronunciadas em 1962 no *University College* de Gales, em Aberystwyth, abordando as principais teorias que servem de embasamento ao estudo das religiões primitivas.

Na introdução, o autor destaca a importância do estudo do comportamento religioso do povo primitivo para uma melhor compreensão do pensamento atual, citando explicitamente

“a importância que têm as línguas e religiões da China e Índia para a compreensão da linguagem e religião em geral” (1).

Estudando as teorias psicológicas, enfoca seus principais representantes, criticando-os seriamente, como se pode verificar em sua afirmativa de que

“Muller e os demais partidários da mitologia natural levaram suas teorias ao absurdo” (2).

Aludindo a Spencer e Tylor, o autor faz uma análise dos conceitos individuais procurando mostrar até que ponto um teórico exerceu influência sobre o outro, apreciando também a conceituação de magia segundo enfoques dados pelas várias teorias.

Na abordagem das teorias sociológicas, o autor procura captar nas sociedades primitivas, a interdependência dos ritos e mitos, através também de clássicos como Fustel de Coulanges e de grandes sociólogos, vendo o animismo como um estágio superior ao naturalismo, ao mesmo tempo que analisa minuciosamente o princípio totêmico.

(1). — PRITCHARD (E.E. Evans), *Las Teorias de la religion primitiva*, pág. 13.

(2). — *Id.*, *ibid.*, pág. 45.

Ao tratar da teoria de Levy-Brühl, justifica-se por não o haver incluído entre os sociólogos, dirigindo a crítica em termos comparativos com Tylor e Trazer e seguidamente com Pareto, destacando a originalidade de tratamento dada por este último à participação mística.

Concluindo, alega serem as teorias discutidas já superadas entre os antropólogos, afirmando que a falta de atração que exercem, se prende ao fato de

“a religião ter deixado de ocupar o pensamento do homem na intensidade que o fazia em fins do século passado e princípios deste” (3).

Justifica ainda a impossibilidade de teorias como as de Tylor, Muller ou Durkheim, serem utilizadas nas investigações de campo.

Tratando-se de uma obra que aborda de maneira clara e sucinta, como sugere o título, as mais importantes teorias sobre as religiões primitivas, interessa não somente aos antropólogos e sociólogos, mas também aos estudiosos de história das religiões.

MARIA MARTHA PIMENTEL DE MELLO.

*
*
*

VALDEAVELLANO (Luis Garcia de). — *Curso de Historia de las Instituciones españolas: De los orígenes al final de la Edad Media*, 3a. ed. cor. aum., Madrid, Revista de Occidente, (c. 1973), 1a. ed. 1968, xiv 762 p., 8º (21 x 15,5 cm.).

Valdeavellano é um historiador espanhol de renome internacional. Ensinando em várias Universidades de ciências políticas e económicas de sua pátria, é, sobretudo, um notório medievalista seguidor da escola de Sánchez-Albornoz. Este, continuador de seus mestres do final do século XIX na elaboração historiográfica científica, baseava-se rigorosamente em fontes, e preocupava-se com a precisão filológica e toponímica em seus trabalhos sobre a história das instituições espanholas. Sánchez-Albornoz insistia, sobretudo, em investigar as origens medievais da constituição político-social da Espanha, valorizando os elementos romanos, germânicos e cristãos em detrimento dos judaicos e muçulmanos fato este que lhe valeu algumas polémicas. Em tudo o segue Valdeavellano, de que, dentre as várias obras publicadas, destaca-se esta como exponencial, tendo sido merecedora do “Prêmio Fastenrath” da Real Academia Espanhola. Inclusive, o autor vale-se continuamente da autoridade de seu mestre como apoio às várias afirmações que formula.

(3). — *Id.*, *ibid.*, pág. 161.

O volume, que ora resenhamos, é uma espécie de tratado pelo seu aspecto teorizante e didático, além do abarcamento temporal muito extenso. Em sua feitura, o autor utilizou-se de vasto material recolhido de suas lições de cátedra e de outros trabalhos seus, já publicados.

Logo em nota preliminar afirma-se que, em vista da constituição político-social da Espanha ser, até o surgimento do regime constitucional do século XIX, uma criação da Idade Média, imprimiu-se na presente obra uma indicação de edições das principais fontes, bem como farta bibliografia explicada e comentada, com o fito de auxiliar futuros pesquisadores da História Política e Social da Espanha. Esta parte, que vem logo no início, é notável por seu conteúdo e extensão — 94 páginas! Para os interessados no medievo ibérico, torna-se em mais um motivo de satisfação pela posse deste exemplar da obra de Valdeavellano.

O restante do volume contém: introdução, exposição e índices de matéria e de nomes.

Na introdução, dividida em duas partes, se define História das Instituições políticas e administrativas, situandq-a como um ramo da História do Direito, que adquiriu vida própria; e mais, uma visão historiográfica geral referente ao assunto e pormenorizada quanto à Espanha.

A parte expositiva, composta em quatro livros, acompanha a evolução das instituições político-sociais da Espanha desde os tempos primitivos (I), brevíssimo, apenas para mencionar as tribos pré-romanas, suas formas de vida e estruturas sociais; passando pela Espanha romana (II), onde o autor nos apresenta o processo de romanização; Espanha visigoda (III), assim denominada por suas peculiaridades bem marcantes; e Espanha medieval (IV), parte esta a mais longa e mais detalhada do volume, sendo vista sob dois aspectos: cristão e muçulmano.

Os livros III e IV são os de maior interesse para o leitor. Também são os mais desenvolvidos. Justifica-se tal feitio no trabalho de Valdeavellano, seja por sua especialização em História Medieval, seja pela situação particularíssima da Península Ibérica dos séculos VIII ao XV, a qual influenciou, de modo indelével, todo seu processamento institucional, social e cultural até, praticamente, os dias atuais.

No livro III, depois de focar o estabelecimento dos Visigodos na Ibéria, portadores de estruturas germano-romanizadas, passa a apresentar a formação do Estado hispano-godo, após a aglutinação de um novo elemento resultante da conversão de Recaredo ao Catolicismo em 587: nova visão política definida pelos cânones conciliares.

"La tradición germánica y la romana del Bajo Imperio, influidas por las concepciones de la Iglesia, hicieron del Estado hispano

-godo una comunidad política que no puede caracterizarse como una forma de Estado popular ni despótico, sino que participó de ambas en cuanto el pueblo no carecía por completo de intervención en la vida del Estado. Sin embargo, la autoridad del Estado, encarnada en el Monarca y concentrado su ejercicio en la persona del Rey, tendía a ser absoluta, conforme el modelo del Bajo Imperio, sin llegar a serlo por las limitaciones que imponían las reglas morales y jurídicas". (p. 186, 187).

O autor apresenta a formação desse Estado, abordando as mudanças no Direito privado e público, nos caminhos seguidos pela Economia e nas novas relações sociais, chegando a apontar certas manifestações pré-feudais. Destaca também, as assembleias políticas — remanescentes de tradições germânicas — e os Concílios de Toledo, e o modo como assistiram aos reis hispano-godos em seus poderes legislativos e nos assuntos de governo.

Finalmente, no livro IV, o autor dá particular ênfase às Instituições da Espanha cristã, já que sua evolução foi, acima de tudo, reflexo de uma nova realidade que surgia: um espírito de Cruzada, aliado ao desejo de restauração das tradições hispano-góticas, juntamente com as preocupações pela consolidação das conquistas territoriais com novas formas de povoamento. Desta maneira, desfilam ante nós o apresamento da península pelos árabes; a reconquista asturiana, com seus avanços e recuos; as divisões internas e outras circunstâncias que, ao longo dos anos, acabaram por favorecer o fracionamento da velha Hispânia em vários Estados. O autor trata, acuradamente também, da vida econômica e da questão do povoamento, as quais, dadas as especiais condições históricas, redundaram num regime político diferente do resto da Europa Ocidental — um regime mais senhorial que feudal. Distinções entre os dois regimes encontram-se muito bem explicitadas às páginas 364 e 365. Conforme o autor, elas se baseiam em diferenciações das razões do vínculo pessoal e na sustentação da noção de Estado.

Valdeavellano prossegue, apresentando as Instituições da Baixa Idade Média com a passagem do Estado senhorial para o Estado estamental, ocasião em que ele nos fornece uma explicação de "estamento" tanto em seu significado etimológico como vivencial.

"... el Estado estamental se configuró como un *corpus* o corporación que integraban los tres *estados*, *estamentos* o *brazos*...: el estado nobiliario, el eclesiástico y el popular o ciudadano... Estos tres *setados*, según la expresión castellana, o *estaments*, como se decía en Cataluña, eran, pues, en España desde el siglo XIII los integrantes del Reino o Estado y los grupos sociales que, bajo la autoridad del Rey, participaban activamente en el gobierno por medio de sus representantes en las asambleas políticas o Cortes..." (p. 419).

A seguir, são enfocadas as Monarquias da Reconquista, sua textura e carácter assim como todo o processo seguido até a união final das mesmas ao tempo dos Reis Católicos.

A segunda parte do livro IV, dedicado às Instituições da Espanha muçulmana, é pouco extensa, e cuida, principalmente, das existentes nos territórios ocupados pelo Islam. Podemos dizer, tratar-se mais de História árabe, salvo em breves ocasiões quando se refere aos “muladies” e “mozárabes”.

Finalizando, devemos acrescentar que, inexistem notas de rodapé. Isto porque, o fiel discípulo segue sempre ao mestre. Tal proceder foi adotado por Sánchez-Albornoz em sua obra *España, un enigma histórico*, editada em Buenos Aires em 1956 pela Editorial Sudamérica. Sánchez-Albornoz justifica-se numa “Advertência” inserida no mesmo, dizendo que:

“Sua autoridade é mais que suficiente para que ninguém ponha em dúvida seu rigor científico, além de não pretender cansar o leitor com milhares de notas, nem tampouco tornar o trabalho do impressor ainda mais fatigante”.

Embora Sánchez-Albornoz tenha esse direito, esqueceu-se de que, se por um lado tal fato não afetaria a prováveis leitores diletantes, por outro lado iria causar prejuízos numa outra categoria de leitores: mais científicos e interessados em aprofundar os estudos sobre o assunto.

O Prof. Valdeavellano compensa essa grande lacuna com freqüentes opiniões de outros autores. Mais ainda, foi pródigo em inserir no texto expressões e palavras latinas e árabes, centenas delas, às quais acrescentou sistematicamente sua tradução ou explicação, tornando a leitura extremamente compreensível, e reforçando desse modo o aspecto didático. O livro é, pois, recomendável, pelo tratamento sério e pela clareza com que o autor apresenta os inúmeros itens, que compõem sua História das Instituições espanholas.

SARA OZORES VALLEJO.

*

* *

BOUTRUCHE (Robert). — *Seigneurie et Féodalité*. Volumes 1 “le premier âge des liens d’homme à homme” e 2 “l’Apogée (XIe.-XIIIe. siècles)”. Collection historique. Paris, Aubier — Éditions Mouton, 1968 (1a. ed.: 1959) e 1970. 480 e 552 páginas “in-16°” (14 x 19 cm), respectivamente.

Depois de acentuar o quanto as relações feudo-vassálicas e o regime senhorial foram estudados e de indicar vários exemplos de historiadores de várias épocas e países que se salientaram no seu exame, o Autor escreve:

“Ce sont eux qui nous ont transmis le flambeau, l'âge actuel étant celui des larges synthèses alternant avec les monographies régionales, qui soulignent les nuances comme les disparités, e se rapprochent des hommes”. (Vol. 1, pp. 17-18).

Nessas palavras já está implícita uma caracterização da obra em exame, a última *large synthèse* sobre o tema, ainda inacabada (falta ainda um volume, a ser dedicado aos séculos XIV a XVI), das mais importantes relativamente à Idade Média. Naturalmente, aos interessados no assunto, o nome de Marc Bloch surge quase que inevitavelmente à memória (e o Prof. Boutruche não deixa de prestar-lhe em várias oportunidades a devida homenagem), dado o marco que *La Société Féodale* (1939) representou e podemos dizer que — já que isso pode facilitar a avaliação do livro mais recente, menos denso em pensamento e com menor carga de sugestões para trabalhos futuros, traços que tenderam a tornar algo árdua a abardagem do predecessor — ele se mostra sensivelmente mais acessível, contornando com sucesso os aspectos controversos (mas não sem discutí-los escrupulosamente) e retendo sobretudo o que pode ser tido como, senão ponto pacífico, fatos e tendências mais prováveis. Clareza na exposição, virtude tida como tipicamente francesa, mas de que Boch não seria uma manifestação das mais exemplares, e atualidade de conteúdo: qualidades que, se não tornam *La Société Féodale* obsoleta, obra aparentemente destinada a uma validade longa, ao menos transformam *Seigneurie et Féodalité* num item básico numa bibliografia notória pela riqueza numérica.

Como é indicado pelo título, o Autor trata tanto das relações feudovassálicas, características da faixa mais elevada da sociedade medieval, quanto dos laços de dependência, que subordinavam o grosso dos cultivados da terra ao grupo senhorial. Todavia, embora não deixando de salientar as inter-influências entre as duas ordens de fenômenos, não considera regime senhorial e feudalidade como expressões sinônimas, acentuando:

“La seigneurie rurale est née avant la féodalité; elle lui a survécu. En outre, son aire d'extension à travers le monde fut beaucoup plus vaste, des seigneurs exerçant leur emprise sur des groupes paysans sans être eux-mêmes engagés dans des liens privés. Elles diffèrent par leur nature, les obligations qu'elles entraînent, les attaches sociales qu'elles mettent en jeu. Moins enracinée dans le sol que seigneurie, la féodalité a été plus soumise aux fluctuations du milieu et aux influences extérieures. Mais elle n'aurait pu durer sans l'assise matérielle que la seigneurie lui a fournie...” (vol. 1, pág. 8).

Como, por outro lado, o Autor faz questão de passar em revista as teorias a que as instituições senhoriais e feudais deram origem, bem como o uso

freqüentemente estapafúrdio do adjetivo feudal (um exemplo saboroso, entre muitos: "la féodalité des syndicats"), acaba por deparar com as teorias fazendo do "feudalismo" fenômeno suscetível de se manifestar em sociedades as mais afastadas no tempo e no espaço, com destaque para com o conceito de "modo de produção feudal" proposto pelo marxismo como uma etapa mais ou menos obrigatória na evolução das diversas civilizações, considerando-as historicamente infundadas e capazes de provocar confusões indesejáveis. Mas isso somente depois de dedicar todo um "Livro" do volume 1 aos laços de subordinação situados fora da órbita da Europa franca (páginas 237-321), sendo o Livro I, que o precede (o primeiro tomo está, assim, dividido em apenas duas partes), dedicado ao problema das origens e caracteres básicos, tanto das práticas feudo-vassálicas, quanto do regime senhorial e relações de dependência. Como ocorrera no livro de Marc Bloch, grande destaque é dado às condições econômicas, sociais e políticas do Baixo Império Romano e aos reflexos da instalação dos bárbaros no Ocidente, mas, ao contrário do que naquele pode ser observado, os problemas de mentalidade, cultura e instituições não merecem qualquer relevo.

Mais longo, o segundo volume, não obstante, também está dividido em dois livros, o primeiro dedicado à senhoria, e o segundo à feudalidade, no período compreendido entre os séculos XI e XIII, podendo-se talvez objetar que o sub-título *L'Apogée*, talvez se aplique melhor ao segundo do que ao primeiro aspecto, visto que sobretudo os séculos XII e XIII tendem a marcar um certo recuo no regime senhorial, com mui freqüentes emancipações servis. Neste tomo, mais do que no primeiro, ficam patentes as diferenças de abordagem em relação ao livro de Bloch, com um tratamento muito mais detalhado, na obra mais recente, tanto das relações feudo-vassálicas, quanto dos laços de dependência, sua evolução e seus matizes regionais. Em contra-partida, temos a lamentar que um destaque maior não tenha sido dado ao modo de vida, mentalidade, ideologia e manifestações culturais em geral, tendência já observada no primeiro volume, sendo justo, porém, reconhecer que já no título Boutruche promete uma abordagem menos abrangente do que Bloch.

Uma característica digna de realce dos volumes em causa é a presença de uma vasta seleção de documentos nas respectivas partes finais (62 textos, 85 páginas no primeiro tomo; 60 textos, 88 páginas no segundo), ilustrativos dos vários aspectos tratados na exposição. A bibliografia também é ampla (mais de 600 títulos no primeiro volume e quase mil no segundo), mas os respectivos índices de nomes poderiam ser mais detalhados.

Quando o terceiro e último volume for publicado, terá sido levado a termo um significativo empreendimento da historiografia medieval atual.

VICTOR DEODATO DA SILVA.

*

* *

MACLAGAN (Michael). — *A Cidade de Constantinopla*. Lisboa, Editorial Verbo, 1972. 214 p. (20 x 14,5 cm).

A Cidade de Constantinopla, 29º volume da coleção *Historia Mundi* é uma tradução para o vernáculo de *The City of Constantinople*, publicada originalmente na Grã-Bretanha por Thames & Hudson, na coleção *Ancient Peoples and Places*, no ano de 1968. O tradutor parece ter sido Virgílio dos Reis Cadete Valadas e, se paira dúvida, deve-se a erro da gráfica que, na última página, ao invés de colocar “acabou-se de imprimir” citando a obra de Maclagan, citou a de A. G. Woodhead, que seria o volume 30º da coleção.

O A. pretende com sua obra mostrar a evolução da cidade, desde sua fundação até o século XIX, todavia percebe-se que seu trabalho interessa muito mais à História da Arte — a coleção *Historia Mundi* dedica-se especificamente a estudos arqueológicos apesar do nome não sugerir isso — que à História Política, servindo esta como pano de fundo para a descrição das construções arquitetônicas que se realizaram, especialmente após 1453, e isto “fundamenta-se no fato de a cidade dever mais aos seus governantes otomanos do que aos imperadores gregos a nobre silhueta que hoje apresenta” (p. 13). No plano político, no que concerne a pesquisas próprias, nenhuma novidade a ser destacada, aliás, o Autor indica apenas uma pequena bibliografia recente a respeito do assunto de que trata e não coloca notas de citação nos rodapés. No que tange aos aspectos artísticos as contribuições do trabalho são bem mais evidentes; inclusive das 90 (noventa) gravuras, que apresenta, a maioria são fotografias que ele próprio tirou e, quando não, as fontes são citadas devidamente.

Procuraremos propiciar no transcurso dessa resenha uma visão mais detalhada da obra que Maclagan divide em oito capítulos, mas que na realidade são apenas sete. É necessário ressaltar aqui que, como a edição portuguesa foi preparada com um certo desleixo, torna-se difícil atribuir responsabilidades. A verdade é que além das imperfeições apontadas e dos erros que aparecerão citados no desenrolar da resenha existem problemas até de nomenclatura: Séptimo Severo, ao invés de Septímio Severo (p. 18) é um exemplo.

Nos dois primeiros capítulos situa Constantinopla na Antiguidade. Relata no primeiro, após salientar a privilegiada localização geográfica, a origem lendária da cidade que, dado o desenvolvimento do comércio entre o mar Negro e o Egeu tornou-se próspera e cobiçada; daí as guerras numerosas que a envolveu, desde 506 a.C. quando foi conquistada pelos medos até sua incorporação ao Império Romano, por Vespasiano em 73. Desta data, até

o final do século II pouco de importante assinala; ressalta, já no III século, o período de tranqüilidade vivido por Bizâncio, em contraste com o conjunto do Império, mergulhado nas crises do III e IV século. Grande parte do segundo capítulo, denominado "A Cidade de Constantino": o Autor dedica ao imperador que refundou a cidade dando seus dados biográficos, a política adotada por ele e, principalmente, as obras arquitetônicas que realizou na cidade. Ainda neste capítulo destaca as obras de arte erigidas pelos principais imperadores sucessores de Constantino, até Rômulo Augusto.

Maclagan não aceita nenhuma data do século IV e V como marco final do Império Romano do Ocidente; prolonga-o até 1453 quando os turcos otomanos invadiram a cidade de Constantinopla. Proposta discutível se considerarmos que após a divisão de 395 as duas porções do Império foram paulatinamente tomando rumos diferentes, tornando-se a bizantina muito mais grega que latina.

Quatro capítulos da obra inserem Constantinopla na época medieval: III — A Era de Justiniano; IV — O Bastião da Europa; V — Iconoclastas e Iconólatras; VI — O Último período de Bizâncio.

No III capítulo, dedicado exclusivamente a Justiniano, o Autor toma inicialmente partido no que tem sido objeto de controvérsias entre os historiadores, ou seja, quando começa a era de Bizâncio e termina a de Roma. Para ele a ruptura dá-se após Justiniano, pois nenhum dos seus sucessores unificou os países em volta do Mediterrâneo, o que ele havia conseguido, embora de forma efêmera e incompleta. Não excluindo outras realizações de Justiniano, acentua as que dizem respeito à arquitetura; descreve as Igrejas dos Santos Sérgio e Baco, a de Santa Irene, dos Santos Apóstolos e a de Santa Sofia, com inúmeros detalhes das construções; e as cisternas subterrâneas acrescentadas aos reservatórios construídos por Valente.

No IV capítulo, denominado "O Bastião da Europa", o Autor descreve o aspecto da cidade, no que concerne à arquitetura imperial, após Justiniano; detém-se mais demoradamente na História do Grande Palácio, para ele "o conjunto mais suntuoso dos edifícios de toda Constantinopla" (p. 72); depois relata a conhecida história que justifica o título do capítulo — de 674 a 678 a frota islâmica foi sempre repelida pelos bizantinos; depois a nova vitória, registrada quando do grande cerco de Constantinopla de 717/718 foi, sem dúvida, um golpe decisivo na expansão do Islão.

"Iconoclastas e iconólatras" (por erro de impressão aparece iconólatras) é o título do capítulo V, dedicado ao estudo da arte bizantina no período de conflito entre os destruidores e os adoradores de imagens, considerando o Autor que o prejuízo causado pelo iconoclasmo às obras de arte e até aos manuscritos é impossível de ser avaliado.

Ao tratar do “Último período de Bizâncio” — capítulo VI — Maclagan faz inicialmente um tímido estudo demográfico de Constantinopla, do cosmopolitismo de sua população devido ao atraente comércio internacional e do profundo interesse do cidadão comum por assuntos religiosos. Por fim, na medida em que vai desenvolvendo o relato das ameaças crescentes e as próprias invasões que sofreu a capital, retrata as novas construções arquitetônicas, ou mesmo, as reformas pelas quais passaram certas obras e, nesse aspecto, de forma bem concisa.

O capítulo VII é denominado “A Cidade de Minaretes” e como o próprio nome sugere, nele o Autor trata das mesquitas construídas após a invasão otomana, das igrejas cristãs transformadas em templos muçulmanos, bem como de outras construções de vulto empreendidas até o século XIX, como o Serralho, enorme conjunto construído para a resistência imperial e que foi alterado ou adaptado por quase todos os sultões.

O capítulo VIII, como já frisamos inicialmente, constitui um lamentável engano, na verdade trata-se do Epílogo da obra.

Como já tivemos oportunidade de ressaltar no início de nossa resenha, o trabalho interessa à Arqueologia e a História da Arte. Sobretudo, convém agora esclarecer que, no que concerne à Arte, a obra limita-se às principais construções imperiais, não se atendo à construção civil em nenhuma página de sua obra. O próprio Maclagan menciona que “quase nada se conhece da arquitetura civil da cidade” (p. 72). Parece-nos portanto que o Autor se propôs a estudar seriamente a história da arte bizantina, seu trabalho todavia foi largamente prejudicado pela tradução portuguesa.

WILSON VALENTIM BIASOTTO.

*

* * *

RAMOS (Demetrio) (coord.). — *Estudio sobre política indigenista española en América*. Valladolid, Universidad de Valladolid (Seminário de História de América), 1976. 2 vols. 386 495 p. Ilus.

Estão reunidos nos dois volumes 37 estudos, abordando uma gama variada sobre os resultados advindos do contacto cultural entre o missionário e o indígena. Os trabalhos foram apresentados e discutidos no simpósio comemorativo do V Centenário do Padre Bartolomeu de las Casas. Os estudos estão distribuídos por dez secções a saber: 1. — “El inicio del indigenismo”, 2. — “Demografía y salubridad”, 3. — “Linguística: el indígena y los problemas idiomáticos”, 4. — “El indígena: su sedentarización y poblamiento”, 5. — “La condición jurídico-social del indígena”, 6. — “El cambio de ideas: los problemas religiosos”, 7. — “Regimen de vida y problema escologicos”,

8. — “Servicios personales”, 9. — “Regimen de encomienda: los tributos”, 10. — “El choque y la pugna de ocupación”.

Não pode ser esquecido que os missionários que atuaram na América, nos primeiros séculos da ocupação e colonização, depararam com uma grande diversidade de línguas indígenas. Aliado a isto concepções culturais bem distintas das dos europeus dificultavam, e muito, a transmissão de conceitos filológico-religiosos do Cristianismo.

O padre Acosta, em sua *História natural y moral*, demonstrou perfeito domínio da necessidade de adaptação quando da transmissão da doutrina cristã, propondo um conhecimento prévio do novo ambiente, considerado como indispensável para todo apostolado e ação em favor dos índios.

Os estudos sobre *modus vivendi* e ideal de vida dos aborígenes foi realizado por não poucos missionários. Entre eles, Bernardino de Sahagum (*Historia general de las casas de Nueva España*), Martín de Jesús de la Coruña (*Relación de las ceremonias y ritos, población e gobierno de los indios de la provincia de Michoacán*), Toribio de Benavente (*Memoriales y historia de los indios de Nueva España*).

Estes estudos estão a indicar que os religiosos não descuram dos problemas etnológicos e lingüísticos. Contudo, há indagações que se põem: como foram solucionados? Por acaso foram de todo resolvidos?

De certa maneira as respostas estão em três artigos, dos quais nos ocupamos nesta resenha. São eles: *El interprete: uno de los ejes de la aculturación* de Francisco de Solano Perez — Lila (1º vol. — p. 265-278); *Política lingüística en el Nuevo Reino de Granada durante los siglos XVI e XVII*, de Javier Real Cuesta (1º vol. — p. 279-302) e *Evangelización y política indigenista. Ideas y actitudes franciscanas en el siglo XVI* de Lino Gomez Canedo (2º vol. — p. 21-46).

Como bem afirma Solano Perez, poucas figuras existiram na história da América de tanta importância que tenham provocado uma atenção tão desigual como o intérprete. Ao longo dessa história são encontrados diferentes fases nas quais o conhecedor de idiomas é protagonista e tem uma atuação relevante, pondo em contacto dois mundos: o do índio e o do europeu, o do pagão e o do cristão, o do “selvagem” e o do “civilizado”. Em cada uma das etapas, o poliglota teve uma participação destacada, como o canal principal que servia de vínculo inevitável no entendimento entre os elementos das duas culturas postas frente à frente. As vezes atuará como mero introdutor das culturas nos dois mundos. São guias, são tradutores oficiais (intérpretes nas *Audiencias*), são ajudantes dos corregedores, bispos e outras autoridades, são escrivães do *cabildo de indios*, são herdeiros da língua de seus pais (mestiço), são os europeus que aprendem o idioma indígena (missionários), ou são os

indígenas aculturados (*ladinos*). Mesmo representando estados diferentes, em razão de motivações específicas, definidoras de valorizações diversas, somente alguns atuaram como verdadeiro elemento de aculturação. No entanto, todos contribuíram com maior ou menor destaque, para a aproximação e conhecimento mútuo, dado que a língua, como elemento integrador, é um dos fatores fundamentais da aculturação.

As chamadas *leyes de Burgos* foram as que primeiramente orientaram a política lingüística nos séculos XVI e XVII, dando bases para a assimilação e fusão dos diferentes grupos indígenas. A lei que leva o número 17 permite afirmar que o interesse da coroa espanhola não era ensinar a língua espanhola a toda a população, mas a formação de pessoas escolhidas, com grande influência no grupo indígena, para fazer delas autênticos líderes à serviço da Coroa.

Porém, a diversidade cultural e lingüística do mundo indígena demonstrou a necessidade de promulgação de novas leis para melhor atender à realidade, pois as *leys de Burgos* foram de eficácia quase nula. Para uma melhor integração do natural da terra, expande-se o ensino do castelhano, cria-se povoados de espanhóis nas próprias áreas indígenas e se determina o agrupamento dos índios que estão a viver *desparamados sin tener pueblos... donde poder ajuntar para ser adoctrinados*.

Como complementação às novas leis as autoridades religiosas propõem reformulação na evangelização, dizendo da importância do ensino de doutrina cristã ser feito nas próprias línguas indígenas. Por esta razão, Filipe II, em outubro de 1580, ordena a criação de *catedra de lengua* para formar doutorados.

Mesmo que não se possa falar em uma política indigenista dos franciscanos é possível, no entanto, detectar atitudes características da ordem em relação ao trato e governo das povoações indígenas. A tendência ao prático e ao concreto aliada à crença de que os índios eram pouco mais que meninos, seriam as características principais.

Foi este sentido prático que permitiu uma série de ponderações sobre os documentos papalinos a respeito do processo de evangelização, que, com o correr do tempo, se alterou, buscando uma melhor forma de alcançar os objetivos da doutrinação.

O que se pode depreender da leitura dos estudos é que o indigenismo prático do missionário, sua convivência e contínuo trato com o índio, resultaram, na maior parte das vezes, na proteção e defesa da pessoa, cuidando da liberdade e dos direitos do grupo. O interesse científico da obra missionária repousa principalmente no material de ordem lingüística legado, permitindo documentar uma série de línguas extintas.

ERASMO D'ALMEIDA MAGALHÃES.

*

* *

VIEIRA (Antônio). — *História do Futuro (Livro Antepreimeiro)*. Edição crítica, prefaciada e comentada por José Van den Besselaar. Verlag Aschendorff. Münster. 1976. Volume I: Bibliografia, Introdução e Texto. XL + 282 pp. Volume II: Comentário. IV + 264 pp.

Acaba de ser publicada na Alemanha (editora Aschendorff, Münster) a edição crítica em dois volumes da *História do Futuro* do Pe. Antonio Vieira. Sob a direção de Hans Flasche aparece esta edição crítica, prefaciada e comentada pelo historiador José van den Besselaar, em 546 páginas, contendo o primeiro volume uma bibliografia, a introdução e o texto, e o segundo, o comentário.

A *História do Futuro* foi várias vezes editada, com base na "edição princeps" de 1718. Mas o texto preparado e comentado por van den Besselaar distingue-se nitidamente dessas edições anteriores. Baseada em manuscritos que até hoje não haviam merecido a atenção dos especialistas, oferece ao filólogo aqueles elementos, necessários para a reconstrução do texto e a avaliação justa das diversas redações. O comentário, constituindo o segundo volume, explica o texto linha por linha e, por vezes, palavra por palavra, facilitando um índice analítico de assuntos a sua utilização. É obra indispensável a lusitanistas e pesquisadores da história ibérica como tal.

ERWIN THEODOR ROSENTHAL.

*

* *

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *Relações históricas entre o Brasil e os Estados Unidos*, in "Problemas Brasileiros de Educação". Rio de Janeiro, S/d., p. 87-109.

A Comissão de Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil, promoveu, em junho de 1967, uma série de conferências no Salão de Conferências da Biblioteca do Palácio Itamaraty, uma das quais foi proferida pela Profa. Eulália Maria.

A obra em epígrafe, compreende duas grandes divisões. A primeira, introdutória, analisa como os fatores de desagregação, um deles a formação das nacionalidades, explicam a predominância do problema de fronteiras nas relações interamericanas do século passado, substituídos, no fim do século, pelas questões econômicas.

A segunda parte, dedicada às "Relações Históricas entre o Brasil e os Estados Unidos", subdivide-se em quatro itens, a saber:

- 2.1. "Século XIX" — No plano comercial o Brasil é o país que auferiu os maiores benefícios nas relações com os Estados Unidos;
- 2.2. "Período de atuação de Rio Branco — 1902-1912" — Nesta fase observa-se o paralelismo entre a posição do Brasil na América do Sul e dos Estados Unidos no Caribe e na América Central.
- 2.3. "A Política da Nova Liberdade e da Boa Vizinhança" — Os interesses coincidentes e as relações harmoniosas, no geral, entre os países americanos, são características de fase entre as duas grandes guerras;
- 2.4. "O após-Guerra" — surgem antagonismos entre os interesses estadunidenses e brasileiros.

Finalizando, a autora discorre a respeito do incremento das relações culturais entre o nosso país e os Estados Unidos, a partir de 1967, no sentido de "melhores relações e compreensão mútua entre os Estados Unidos e o Brasil, abandonando-se falsas expectativas e enveredando-se para uma busca de soluções fundamentalmente no plano interno" (p. 108).

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

*

* *

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *Evolução da idéia de planejamento econômico na América Latina*, in "Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas", Köln, 3; 319-401, 1966.

De forma clara e objetiva, a autora do artigo em questão, assevera que, desde sua emancipação até a crise econômica sobrevinda no ano de 1929, predominaram, nos países da América Latina, as teorias do fisiocratismo sob o lema do *laissez faire*. A tentativa de industrialização, a partir do Estado, esbarrou em poderosa estrutura econômica de cunho eminentemente colonial.

O colapso do comércio externo e do livre-cambismo, em 1929, orientou a nova política econômica para a auto-suficiência, sob o símbolo do nacionalismo e da autarquia. Daí a nacionalização das empresas estrangeiras, a fim de se obter um equilíbrio da produção agrícola e industrial, com maior diversidade de bens de consumo e ampliação do mercado interno. Instalava-se a política de substituição das importações pela produção nacional.

De acordo com a autora, a partir dessa situação criaram-se condições favoráveis à ideologia de planejamento econômico por iniciativa do Estado, como ainda de uma participação mas efetiva deste como investigador.

Coube à CEPAL, ou seja, à “Comissão Econômica para a América Latina”, criada pela O.N.U., em 1948, na pessoa de seu secretário, o argentino Raul Prebisch a enunciação de novos princípios de planejamento econômico na América Latina.

Os capítulos seguintes são dedicados ao planejamento econômico e aos seus resultados em sociedades tais como a de tipo arcaico, da Bolívia, a desarticulada, do México e a homogênea da Argentina.

Encerra o trabalho pormenorizada análise a respeito das diferentes tentativas de planejamento econômico no nosso país.

Ao final do artigo: bibliografia geral e resumo da matéria tratada, em língua alemã.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

*

* *

HORCH (Rosemaire E.) (org.). — *Catálogo dos folhetos da Coleção Barbosa Machado*. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 92, t. I e II. Rio de Janeiro, (1972) 1974 e 1975. 273 + 248 p. Ilus.

As investigações e trabalhos levados a cabo por Rosemaire Horch, responsável pela publicação de *Sermões impressos dos autos da fé* (Rio de Janeiro, 1960) e dos primorosos Catálogos da *Brasiliana da Coleção Barbosa Machado* (Rio de Janeiro, 1967) e dos *Vilancicos da Coleção Barbosa Machado* (Rio de Janeiro, 1969), tem revelado a importância da função da biblioteca que não se atem tão somente a problemas de ordem técnica secundária, mas antes, torna a biblioteca um organismo vivo e dinâmico.

A Coleção Barbosa Machado, base do acervo inicial da Biblioteca Nacional, é fonte perene para as pesquisas sobre a história de Portugal até 1772 e do Brasil colonial. Como bem afirmou Wilson Lousada,

“apesar de instrumento tão fundamental e significativo, a Coleção Barbosa Machado não está de fato ao alcance dos pesquisadores que não a possam consultar pessoalmente, na ausência de um catálogo sistemático, e publicado, que lhe revele toda a estrutura constitutiva, por assuntos e autores”.

A ordem de apresentação é a ordem cronológica da edição. Quando, no entanto, a obra não traz data da publicação, foi selecionada no ano a que se refere o assunto descrito. Quando o assunto descrito refere-se a um determinado ano, mas a edição é posterior, foi feita a remissiva para o ano de edição. Nos casos em que o folheto não contém nem data de publicação, nem trata de assunto identificável no tempo, será relacionado, no final do último Tomo (quando da publicação dos índices que abrangem a totalidade da Coleção) sob o título: sem notas tipográficas.

Cada verbete é acompanhado de judiciosas indicações bibliográficas sobre a obra. Quando se trata de assunto brasileiro há indicações mais acuradas sobre a obra e o autor, enriquecendo em muito o estudo.

Logo após a nota explicativa, o primeiro tomo abriga um estudo de Ramiz Galvão sobre Diogo Barbosa Machado (p. 11-44), a que a organizadora fez acompanhar de algumas observações ligeiras. No tomo estão selecionadas 244 obras do período compreendido entre 1481 e 1639, divididos em duas partes: século XVI (78 obras, p. 65-134) e século XVII até 1639 (p. 135-251). O restante é destinado ao relatório da diretora da Biblioteca Nacional.

Dezessete verbetes cuidam de obras que interessam diretamente ao Brasil. Neles vamos encontrar, entre outros, os trabalhos de Diogo Pacheco (*Notícia das embaixadas que os reys de Portugal mandarão aos soberanos da Europa — 1505 e 1514*), de Pedro Pedro de Magalhães de Gandavo (*História da provincia de sãcta Cruz... — 1576*), de João Medeiros Correa (*Relaçam verdadeira de tudo o succedido na istauação da Bahia de todos os Sanctos... — 1625*), Bartolomeu Guerreiro (*Jornada dos vassalos da coroa de Portugal, perase recuperar a Cidade do Salvador... — 1625*), de Paulo Rosário (*Relaçam breve e verdadeira da memoravel victoria, que ouve o Capitão Mor da Capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque... — 1632*).

O segundo tomo arregimenta 414 obras (verbetes nº 245 a 649) do período entre 1640 a 1660, algumas concernentes a assuntos brasileiros, *Servicios que los religiosos de la Compañia de Iesus, hizieron a V. Mag. en el Brazil*; de Cristobal de Acuña (*Nuevo descubrimiento del grand rio de las Amazonas...*); de Jorge Mascarenhas (*Cartas que escreveo o Marquez de Montalvam sendo Viso-Rey do Estado do Brasil, ao Conde Nassau...*); de Antonio Telles da Silva (*Sucesso della guerra de portugueses leuantados enm em Pernambuco contra Olandeses...*), etc.

É de se esperar, para gáudio dos leitores e enriquecimento da bibliografia brasileira, que as publicações referentes à brasiliana de Barbosa Machado não sofram solução de continuidade.

ERASMO D'ALMEIDA MAGALHÃES.

*

* *

BASBAUM (Leôncio). — *Uma vida em seis tempos* (Memórias). Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1976.

Este livro constitui uma narrativa dramática da vida de um militante do PCB, imbuído da crença de que a vitória do partido significaria a redenção do povo brasileiro e a libertação do Brasil. Ela abarca desde as esperanças do Autor com o partido como instrumento de salvação nacional até as suas

desilusões com o aparelho partidário, autoritário e dependente de Moscou, incapaz de perceber e solucionar as necessidades nacionais dentro de um enfoque eminentemente brasileiro.

A importância desta obra ultrapassa os limites do drama pessoal para se tornar um importante documento da história do PCB e da história política do Brasil dos últimos quarenta anos.

O conteúdo deste trabalho pode ser focado em duas dimensões: de um lado a narrativa da experiência pessoal, sofrida e apaixonada, da militância partidária comunista na vida política brasileira e de outro lado, restrições críticas ao PCB.

A vivência política do Autor constituiu-se numa entrega total aos interesses do partido, caracterizando-se como um "revolucionário profissional". Os estudos e o trabalho, a vida familiar e pessoal estavam em segundo plano tendo mais importância o tempo dedicado ao partido. Ele desenvolve uma intensa atividade de estudos teóricos e reuniões, propaganda e aliciamento, venda do jornal do partido e distribuição de panfletos, participação em congressos nacionais e internacionais, propaganda eleitoral e comícios, contactos com políticos não comunistas, recolhimento de contribuições em dinheiro e ajuda econômica a companheiros presos ou doentes ou em má situação financeira. A repressão policial levou-o às prisões, às primeiras de uma série de prisões que se sucederiam pelos anos a fora, umas mais curtas, outras mais demoradas, com privações e humilhações de toda ordem. Ao lado do companheirismo entre os membros do partido, o Autor experimentou também as críticas gratuitas, as acusações de divisionismo, as disputas teóricas com as conseqüentes auto-críticas públicas. Viu a marginalização de antigos companheiros por novos militantes, a prepotência das lideranças e o partido tomar rumos de comportamento em desacordo com suas convicções pessoais. Experimentou também as alegrias das vitórias partidárias em 1945/1946 com a legalidade depois de longos anos de clandestinidade. Os conflitos com as lideranças levaram-no ao afastamento do partido mas nunca se desligou por completo, mantendo contactos com companheiros, ajudando-os financeiramente e participando de campanhas. A sua atuação política se deu no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Maceió e Salvador, cidade onde morou por causa de interesses profissionais com os quais passou a se preocupar depois que se afastou da militância permanente. O amadurecimento trazido pelos anos, as desilusões com companheiros e algumas lideranças, a interpretação própria dos problemas nacionais, a crise do comunismo internacional afastaram-no gradativamente do PCB até ao ponto de considerá-lo imprestável como instrumento de salvação nacional. Nunca abandonou, porém, suas convicções socialistas que estavam acima da rigidez do aparelho partidário e da prepotência de lideranças pessoais. A narrativa da vida militante do Autor tem como pano de fundo a his-

tória do Brasil dos últimos quarenta anos, desde o governo Artur Bernardes até a Revolução de 1964, dando dos acontecimentos sua interpretação pessoal.

Por outro lado, quanto às restrições críticas ao PCB, o Autor denuncia sua estrutura e comportamento. Aponta o autoritarismo da cúpula partidária e sua vinculação subserviente a Moscou; a ignorância dos dirigentes no enfoque dos problemas nacionais, equacionando-os e propondo soluções fora de uma ótica brasileira; o personalismo dos dirigentes e a falta de diálogo com as bases; os males que o obreirismo trouxe no relacionamento com os companheiros e o açambarcamento do partido por Prestes, consolidando o autoritarismo da cúpula pela mística do seu nome: suas decisões eram indiscutíveis, resultando daí atitudes desastrosas como a Revolta de 1935, que o Autor critica pela falta de embasamento popular. Faz restrições à euforia de 1945/1946, quando o partido não se preparou para uma eventual cassação da legalidade e a volta à clandestinidade. Mostra como, atrelado às diretrizes de Moscou, o PCB participa da Guerra Fria, preferindo campanhas de ordem internacional à mobilização em torno de problemas brasileiros. Critica a participação do PCB na crise de 1954 contra Getúlio Vargas, fazendo o jogo da UDN. Com o suicídio do Presidente, o partido muda de posição, mas evidenciou-se seu fraco discernimento político. Revela a desonestidade de alguns militantes que se beneficiavam pessoalmente do dinheiro arrecadado para o partido e a picaretagem de algumas campanhas financeiras. Termina mostrando a extensão da crise interna do PCB, em 1956/1957, quando muitos militantes deixaram o partido pela atitude prepotente de Prestes, negando um debate amplo sobre o relatório de Krushev no XX Congresso do PCUS denunciando os crimes de Stalin.

As memórias de Leôncio Basbaum ficam como um documento da história republicana e revelam o itinerário de uma vida marcada pelo amor ao Brasil.

DIÓRES SANTOS ABREU.

*

* *

GALLO (Ezequiel). — *Farmers in Revolt. The Revolutions of 1893 in the Province of Santa Fe, Argentina.* The Athlone Press of the University of London, London, 1976. X + 97 pp.

Ezequiel Gallo, conhecido historiador argentino, diretor do Instituto Torcuato Di Tella, assíduo colaborador da revista *Desarrollo Economico* e antigo membro do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres, acrescentou nesta monografia mais uma pesquisa, publicada na Inglaterra pelo Instituto acima mencionado, sobre a história de seu país. O es-

tudo é desenvolvido a partir da sua tese de Doutor, *Agricultural Colonization and Society in Argentina. The Province of Santa Fe, 1870-1895*, apresentada em Oxford em 1970.

A Argentina começou a exportar quantidades significativas de cereais após 1870; este comércio foi baseado na colonização feita por imigrantes, em geral italianos, propriedades pequenas ou médias e sem depender dos grandes fazendeiros já instalados muitos anos antes na Província de Buenos Aires, dedicados à criação de gado bovino e ovino. Pode-se afirmar que a tentativa de colonização fracassou a partir dos anos estudados, pois a parcela principal de cereais originou-se nas grandes unidades, as "estancias" de Buenos Aires que utilizaram o sistema de arrendamento. O livro de Gallo mostra a história destes pequenos e médios proprietários atingidos pela política governamental, favorável aos produtores tradicionais.

Pelas leis argentinas existentes no período abordado, os estrangeiros participavam da vida política local, conseqüentemente os imigrantes tomaram parte das atividades municipais e revoltas acontecidas nesses anos. O autor analisa pormenorizadamente os atos destes colonos e suas conseqüências.

A obra salienta na Introdução as linhas gerais dos movimentos e ação destes produtores agrícolas, de forma geral. O capítulo seguinte, número II, descreve as colônias formadas em Santa Fé, a partir de 1856, fato a transformar as características socio-econômicas da Província por causa das mudanças do setor agrícola local e do aparecimento de ferrovias. Como conseqüência deste processo surgiu uma classe média rural, originária da Europa, fato inédito na Argentina dessa época, a ter seu apogeu na última década do século passado. Até 1895 as atividades dos imigrantes tiveram êxito; prova disto foi o espetacular aumento da área cultivada. Porém, na década dos noventa houve queda nos preços dos cereais, muitos problemas locais e fundamentalmente a incompreensão das autoridades governamentais a ter reflexos no processo migratório e colonização da Província. O autor associa a expansão econômica regional aos preços internacionais do trigo e mostrou como o estado financeiro dos produtores entrou em crise a partir de 1892, não só pela conjuntura internacional mas também devido às normas tributárias estabelecidas em 1891.

O capítulo III expõe o contexto político, local e nacional após 1880, tendo como fulcro os acontecimentos de 1890, ano crítico para economia mundial, conhecido como a "crise Baring" e a revolta deste ano que obrigou ao presidente a se demitir. Também foi fundado o mais antigo partido argentino: a "Unión Cívica Radical"; as atividades desenvolvidas pelos colonos, não só nesses anos, mas desde a sua chegada à nova pátria, caracterizaram também essa fase histórica do país vizinho.

O capítulo seguinte apresenta a revolta de Humbolt em fevereiro de 1893, e mostra as razões deste movimento insurrecional, as conseqüências nas outras colônias, assim como a resposta do Governo Central e Provincial. No capítulo

V foi examinado o levantamento de julho do mesmo ano, mais violento que o anterior, a favor da restituição do direito de voto municipal aos estrangeiros, contra o novo sistema de impostos discriminatório e favorável aos grandes proprietários de terras. Nesta revolta participavam ativamente os radicais não só na Província mas fundamentalmente na capital argentina. O levante fracassou, porém os radicais ganharam prestígio à custa do partido governamental, o denominado "Autonomista", que começou a dividir-se em várias tendências.

No capítulo VI é estudada a chamada revolução de 1893 liderada pela "Unión Cívica Radical" a atingir também a Província de Santa Fé, embora seu motivo fosse nacional e não local. Devido à violenta resposta governamental foram presos muitos revolucionários, clausurados alguns jornais e salientou-se que alguns colonos participaram deste processo. Devido ao movimento de protesto os colonos foram atingidos por um verdadeiro regime de terror, tentando-se incompatibilizar os estrangeiros, "gringos", com os "criollos", oriundos do país.

O último capítulo analisa as eleições provinciais de fevereiro de 1894 organizados pelas autoridades "autonomistas". O processo eleitoral permitiu votar somente uma parcela dos habitantes, ao contrário do tradicional, e foi acompanhado de prisões e cerceamento da liberdade de imprensa. Os opositores ao governo organizaram-se no partido "Unión Provincial" formado por radicais e também por partidários de Mitre (Cívicos), "nacionais" e outros, na sua maioria pessoas de classe média, de origem rural. Embora os esforços feitos, este agrupamento perdeu as eleições devido às pressões e à adulteração e fraude do resultado eleitoral.

A obra finaliza salientando a participação política dos colonos assim como seu programa, as diferenças existentes nas diversas zonas agrícolas argentinas, a existência do novo partido, a "Unión Cívica Radical", e destaca o paralelismo entre as insurreições dos colonos de Santa Fé e o movimento populista coevo surgido nos Estados Unidos.

A obra de Gallo, pelo fato de expor de forma clara, concisa e original, fatos da vida política, social e econômica argentina, pouco abordados pelos pesquisadores, apresenta grande interesse para os estudiosos da história deste país, pois durante a década considerada gestaram-se acontecimentos extremamente importantes, causa de relevantes mudanças ocorridas posteriormente.

ANTÔNIO E. MUNIZ BARRETO.

*

* * *

LUKASS (João). — *Pelos Caminhos e Atalhos*. São Paulo. Edição do autor, 1973. 90 págs. 47 fotos.

Pelos Caminhos e Atalhos, de João Lukass, poderia ser rotulada de uma obra tipo biográfica, porquanto o autor, autêntico pastor batista, relata com simplicidade, alguns dos muitos desafios enfrentados nos quarenta anos de vivência missionária, entre os letos, seus contemporâneos e os brasileiros, que também soube cativar.

Encarregando-se da apresentação desse depoimento, Osvaldo Ronis adverte que: "*o Pastor João Lukass soube transmitir o ideal do ministério genuinamente cristão...*"

Enquanto que o autor coloca seu objetivo, — afirmando que, se alguém resolver "*dar um passo decisivo: entregar seu coração e sua vida a Jesus. Ou, quem sabe, um crente "cansado" na obra Santa encontra no testemunho humilde, mas real, de um companheiro de jornada, um motivo de estímulo e animação.*

Se isso acontecer, o propósito deste livro terá sido atingido".

Não sabemos se o propósito religioso foi veiculado, mas Lukass parece haver conseguido muito mais, deu-nos uma obra com dezessete capítulos que, apesar de estarem dentro de uma linha factual, são válidos para conhecermos um pouco mais da história dos batistas letos no Brasil.

Integrando um conjunto de imigrantes letos radicados em São Paulo desde 1923 ao relatar, como afirmou no prefácio " *fatos reais, fragmentos históricos de uma vida*" pág. 7, deu-nos elementos para entendermos o trabalho dos batistas letos em nosso país.

Enfocando, nos dois primeiros capítulos, a Letônia, tece considerações sobre peculiaridades de sua família, salientando a importância da vocação religiosa como elemento cultural do próprio meio.

Descreve aspectos da sua infância e juventude associados às festas e às vicissitudes do seu país no advento da independência política. Afirma que, tanto sua família como aproximadamente duas mil pessoas deixaram a Letônia, buscando as matas virgens do Brasil, não por "*motivos econômicos*" (pág. 14) mas por motivos religiosos, fato singular na história das imigrações.

No terceiro e quarto capítulos, descreve como chegaram a Santos, de lá a Sapezal e a Varpa (1) onde encontraram uma "*roçada aberta pelos imigrantes pioneiros, que lá haviam chegado em 1 de novembro de 1922*" (pág. 17). Mostra como abriram estradas e viveram da contribuição de uma caixa comum, nos primeiros tempos; de que forma fizeram as primei-

(1). — Varpa, distrito do município de Tupã, na Alta Paulista, colônia pioneira dos letos em São Paulo.

ras construções, e enfrentaram as doenças, principalmente “a desidratção que ceifava vidas fartamente entre as criancinhas” (pág. 18), e que resolviam todas as dificuldades cantando hinos de louvor ao Senhor.

Quando perceberam que os recursos financeiros eram insuficientes, decidiram trabalhar em lavouras de café. Com labor e disciplina conseguiram um pecúlio suficiente para se estabelecerem nas suas glebas, em Varpa.

Dentre eles, com o auxílio da esposa, conseguiu montar um pequeno sítio dedicando-se à agricultura e à apicultura.

Havendo planejado adquirir novas terras, toma a estrada do núcleo urbano e, “a semelhança de Saulo, a caminho de Damasco” pôde captar o apelo do Senhor, através de circunstâncias tidas como sobrenaturais. Ele próprio relata que uma árvore gigantesca veio abater-se sobre ele, e que apesar das circunstâncias tão pavorosas, conseguiu sobreviver e compreender que deveria “dedicar sua vida à causa evangélica” (pág. 22).

Desiste da propriedade onde morava e, a fim de preparar-se com dignidade, partiu para Curitiba, com a esposa e o filho.

No quinto capítulo, “*Em busca do preparo*”, enfoca tanto a falta de recursos pessoais, a sua dificuldade de ingressar e se manter no Colégio Batista, os problemas financeiros que atingiram o Colégio e outros setores econômicos, coincidindo com a grande depressão econômica de 1929.

Parecendo-lhe que em certo momento, facultar-lhe-ia atingir os seus objetivos, novamente, partiu com a família para a cidade de Porto União (Paraná). Continuou os estudos na Igreja Batista local e, para sustentar a família, dava aulas particulares, nos intervalos de um modesto emprego na Ferroviária. A esposa, sua grande colaboradora, decide voltar para São Paulo e com o filho e se empregar como doméstica. Sozinho, desfez a casa, hospedou-se na casa dos irmãos crentes.

Trabalhou e estudou. Por volta de 1930, reuniu-se à esposa em São Paulo e também pôde completar o Curso de madureza, o patamar para seguir cursos superiores de Teologia.

A partir do sétimo capítulo “*Igreja Unida do Rio do Peixe*”, evidencia a permanência na zona sertaneja. Sua dedicação deve ter impressionado a União da Mocidade da Igreja Batista Leta de São Paulo, pois foi agraciado com a ajuda mensal de *cem mil réis* (pág. 29); fato que lhe permitiu dedicar-se integralmente ao trabalho religioso.

Finalmente, teve a graça de ser ordenado para o ministério, no dia 8 de dezembro de 1931. Durante dez anos permaneceu nesta frente missionária pioneira. Os missionários que trabalhavam na “*Missão do Sertão*” ensinavam a ler, a escrever, ensinavam aritmética, música e Bíblia. Batizaram dezenas de pessoas.

Paralelamente ao trabalho, pôde sentir-se o aprimoramento de uma fé autêntica, inteiramente baseada na Divina Providência.

A sua casa servira, durante alguns anos, como sede provisória da Casa de Oração, como residência dos pastores e ambulatório incipiente, até que, o templo da Igreja Batista Unida do Rio Peixe (Varpa) foi inaugurado no auspicioso dia 1 de fevereiro de 1934 (pág. 33).

Os missionários, tendo como base operacional a Igreja do Rio do Peixe, partiram para a pregação em várias localidades próximas e afastadas, como Água das Polainas, Quatá, nessa o trabalho cresceu e "*Quatá tornou-se a sede definitiva da então Igreja Batista Unida do Rio do Peixe*" (pág. 37), Graminha, Bandeira, Água Cristal, Paraguassu, Barreiro, Barra Mansa, neste local participou dos batismos o famoso pastor (Eichman) e outros missionários de Palma.

No décimo capítulo tece considerações sobre "*O Decênio do Trabalho no Sertão*" e suas dificuldades nas missões, enquanto que, no décimo primeiro informa os novos campos de trabalho, mais afastados de Varpa, em outras cidades como Assis, onde se fixou para evangelizar até o interflúvio do rio Paranapanema, o então sertão da Sorocabana.

Na década da Segunda Guerra Mundial, a legislação instrui que os estrangeiros (entre eles os letos), como é óbvio, deveriam se expressar em português. Oportunidade em que, nosso autor, familiarizado com a língua portuguesa, foi convidado a pastorear a Igreja Batista Leta de São Paulo.

Residiu na Capital bandeirante, cerca de nove anos, e, aliás além do trabalho regular da igreja, coube-lhe desenvolver o "*Ministério da Visitação*" (pág. 55). Visitava os membros da Igreja em suas casas e nos hospitais, inclusive dando assistência àqueles que conhecera no sertão e que o procuravam na Metrópole.

Naqueles tempos de Guerra, colaborou com os letos refugiados através do "*Comité de Auxílios das Igrejas Batistas Letas no Brasil*, pág. 57, havendo sido presidente da entidade.

Na pág. 58 apoiado numa carta documento, esclarece que recebeu o cargo de Encarregado do Consulado da Letônia em São Paulo. Com todas essas credenciais, conseguiu colaborar com os letos que desejavam imigrar para o Brasil. Além dos trabalhos citados, participou da construção de uma casa "*para hospedar crentes idosos e necessitados (denominada Betânia)*" (pág. 59).

No 13º capítulo, "*Pelos Caminhos Distantes*", enfoca seus trabalhos como pastor-evangelista itinerante pela Associação das Igrejas Batistas Letas do Brasil, seus contactos com as várias igrejas dos estados: Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, sua participação no campo missionário "*Rincón del Tigre*" na Bolívia, ajudando vários missionários originários de Varpa, nas suas missões junto aos índios aiorés; suas visitas "*às igrejas letas dos Estados Unidos e do Canadá*" (pág. 69).

Nos últimos capítulos, comenta o trabalho iniciado em bairros como Ferreira e Campo Limpo em São Paulo e na Terra das Artes: Embú, na fundação das igrejas na ampliação dos templos e nas obras correlatas.

Esse pregador, familiarizado com a Bíblia, termina a obra contando haver comprado um lote de terra, no bairro Ferreira, onde a organização evangélica adquirira uma área no Cemitério da Paz, onde *“espera que, terminada a jornada pelos caminhos e atalhos, lá seja depositado o envólucro maravilhoso que a Bíblia chama de “casa terrestre”. Ele mesmo, porém, estará com seu amado Salvador, que conduz seus filhos para a glória”*. . . (pág. 90).

A nível de sugestão, ao pastor João Lukass, já que sua obra é um depoimento vivo da experiência de um grupo de imigrantes letos radicados no nosso país, uma tentativa de complementação metodológica.

Várias passagens citadas podem ser comprovadas por documentos que tivemos oportunidade de ler, e talvez, com a citação dessas fontes bibliográficas, sua obra ficaria mais operacional.

Seja a pág. 14, onde aborda “as causas” que justificaram a vinda dos imigrantes letos para o Brasil em 1922 a 1923, poderia ser testada pelo artigo “Reafirmação de Princípios” (de autoria do rev. João Inkis, escrito no dia 23 de junho de 1940 sobre a imigração da Letônia) publicada no periódico religioso letão *“O Amigo Cristão”*, julho de 1940, nº 7, págs. 8: 10 e continuado no periódico de agosto do mesmo ano, nº 8, págs. 5: 7.

Ainda, à página 17, parece-nos que seja possível complementar a data do desembarque, “a 28 de fevereiro de 1923”. Tivemos oportunidade de constatar, nos arquivos da “Casa do Imigrante”, nesta capital, mais os seguintes detalhes: O transporte foi no navio “Ant. Delfino”, na rota de Hamburgo-Santos, havendo sido registrada uma leva de 389 pessoas — (fonte: Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo, registrados sob nº 2079 — 2468, fls., 54 — 62, livro 95. 1923).

Na mesma pág. 17: *“Esta roçada foi aberta pelos imigrantes pioneiros, que tinham chegado em 1 de novembro de 1922.”*

Estes dados são encontrados na escritura de compra de terras: Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, 13º cartório de São Paulo, livro 18, fls. 12 e seguintes.

Mais ainda outra complementação, na pág. 33: a organização da Igreja Unida Rio do Peixe pode ser constatada. Pela Revista *Kristigs Draugs* nº 11 e 12, novembro e dezembro 1931, pág. 133. E, assim, poderia o autor completar mais algumas passagens.

Finalmente, cabe-nos reconhecer que se trata de uma obra séria, honesta e valiosa para os estudiosos desta vertente, identificada com a imigração de minorias étnicas, neste, ainda hoje, grande país aberto à imigração, que é o Brasil.

IRINA VASSILIEFF.

*

* *

TOLEDO (Marcelo de Almeida). — *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; 75 pp. 71 fotografias. Planta Geral da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. 1975.

Os estudiosos de História do Brasil sempre se depararam, entre outros problemas, com a grave lacuna de documentação iconográfica que refletisse os muitos aspectos da vida e da paisagem de cada época.

Daí o inestimável valor das contribuições de viajantes estrangeiros como Debret, Rugendas e outros que, a partir do início do século XIX, extasiados diante da paisagem exótica e do colorido complexo social do Brasil, nos deixaram suas impressões pictóricas.

Desde o início da nossa história, se temos as ricas e extensas descrições literárias da fauna, da flora e das populações indígenas feitas pelos esuítas, faltam-nos, quase completamente testemunhos pictóricos da vida na colônia. Aliás, os primeiros a pintar as belas paisagens nordestinas e a retratar os variegados tipos humanos que as animavam foram mais uma vez, estrangeiros — os holandeses Franz Post e Albert Eckhout integrantes da comitiva de Maurício de Nassau.

Os colonos portugueses voltados para conquista de riquezas e o desbravamento do território nada deixaram de suas impressões sobre o mundo em que viviam no campo das artes plásticas.

Dentre os portugueses apenas podemos destacar os artistas-cartógrafos que acompanharam a expedição amazônica do cientista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira nos últimos anos do século XVIII. Eles deixaram admiráveis desenhos de paisagens, panoramas urbanos, animais e plantas, que só recentemente começaram a ser divulgados.

De tudo isso resulta o inestimável valor das coleções iconográficas para os que necessitam da imagem viva do passado para melhor compreender e explicitar o que as palavras não podem esclarecer.

O interessante album de fotografias da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo elaborado por Marcelo de Almenda Toledo representa uma contribuição valiosa, ainda que lamentavelmente pouco extensa (apenas 71 fotografias!), para a iconografia desta vetusta instituição assistencial que, nas próximas décadas deverá completar quatro séculos de existência.

Dizemos lamentavelmente pouco extensa, porque temos certeza que o autor poderia nos fornecer ainda mais imagens do presente e do passado da Santa Casa, o que talvez não tenha feito por discricão e um contido laconismo diante de um projeto que, visivelmente, tocou sua sensibilidade humana e poética.

Mas como pesquisadora insaciável da nossa história, especialmente a da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, gostaria de encontrar mais imagens das formas atuais da assistência hospitalar, isto é, do pessoal médico, das enfermarias, do equipamento inclusive, para estabelecer comparações com as do início do século.

No entanto, o exame do album feito sem compromissos nos revela uma câmara sensível, carregada de humanidade e compaixão e que proporciona uma imagem modesta, mas bela, de uma instituição que vem acompanhando o sofrimento dos menos favorecidos há séculos.

As fotografias do despojamento, da simplicidade e, porque não dizer, da pobreza franciscana do velho edifício são completadas de forma tristemente harmoniosa pelos rostos cavados pela miséria, perplexos pela ignorância e pacientes diante da adversidade eternamente presente.

Não existe um modernismo aparatoso e chocante para contrastar de forma ofensiva e brutal com a humanidade sofredora que povoa esta casa de socorro.

Ali estão a dolorosa tristeza e o espanto das crianças, o abandono dos miseráveis, a solidão da velhice e a implacável realidade da morte.

Comoventes e simbólicas são, também, as imagens da freira que procura no lixo, como se quisesse encontrar algo de valioso naquilo que os outros lançaram fora, refletindo em gestos simples a eterna esperança dos abnegados que entregam sua vida àqueles a quem a sociedade marginalizou.

O autor conseguiu resumir de forma discreta e concisa o universo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o ultimo porto daqueles que, fugindo do abandono, chegaram à grande cidade em busca da fortuna, da segurança ou, simplesmente de esperança e que terminaram esmagados e devorados pelas exigências implacáveis de eficiência, coragem e resistência de uma sociedade competitiva e injusta.

LAIMA MESGRAVIS